

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
NOTA À 2ª EDIÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17

PARTE I

A PROVA ENTRE A EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CIVIL E A VERDADE NO PROCESSO

1. EFICIÊNCIA DA JUSTIÇA CIVIL	23
1.1. Perfil conceitual	23
1.2. Perfil ideológico	27
1.2.1. Critérios de produtividade	31
1.2.1.1. Tempo	31
1.2.1.2. Custo	35
1.2.2. Critérios de qualidade	39
1.2.2.1. Correta apuração dos fatos	39
1.2.2.2. Correta aplicação do direito	44
1.3. Perfil normativo	47
2. PROVA E VERDADE NO PROCESSO JUDICIAL	55
2.1. Verdade como correspondência entre o enunciado fático e a realidade	55
2.1.1. Verdade como probabilidade	58
2.1.2. A função da epistemologia para a Justiça Civil	60
2.1.3. Contingenciamentos à busca da verdade no processo judicial...	64
2.2. A admissibilidade da prova e eficiência processual	68
2.2.1. As fases do procedimento probatório	68
2.2.2. Admissibilidade da prova e correção da decisão sobre os fatos.....	74
2.2.3. Admissibilidade da prova e otimização da atividade processual.....	77
2.2.4. Oportunidade para a resolução da questão da admissibilidade da prova	77

PARTE II

CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A ADMISSIBILIDADE DA PROVA NO PROCESSO CIVIL

INTRODUÇÃO	83
1. Razões para a adoção de critérios objetivos.....	86
1.1. Segurança.....	86
1.2. Liberdade	88
1.3. Igualdade	89
2. Critérios objetivos	89
2.1. Relevância	91
2.1.1. Pertinência	94
2.1.2. Idoneidade epistêmica	100
2.2. Exclusão da prova contrária à eficiência em sentido estrito	109
2.3. Regras de exclusão	113
2.3.1. Regras de propósito epistêmico.....	115
2.3.2. Regras contraepistêmicas.....	117
2.3.3. Aplicação das regras de exclusão.....	120
3. Outros critérios aplicáveis?	124
3.1. Tipicidade	124
3.2. Controvérsia	125
3.3. Convencimento subjetivo do juiz.....	130
3.4. Preclusão.....	133

PARTE III

PROCEDIMENTO, ADMISSIBILIDADE DA PROVA E EFICIÊNCIA: O CASO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

1. O DIREITO FUNDAMENTAL AO CONTRADITÓRIO NA ADMISSIBILIDADE DA PROVA	141
1. A prova emprestada	144
2. O momento adequado para juízo de admissibilidade da prova: a fase de organização do processo (art. 357, CPC)	146
3. O direito fundamental à fundamentação da decisão sobre a admissibilidade da prova	148
4. Da impugnação da decisão sobre a admissibilidade da prova	150
CONCLUSÕES E SUGESTÕES PRÁTICAS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	161